

Dossiê

Quando a criança reproduz na escola com outras crianças o incesto sofrido: estudo de caso

Luiza Abadia de Ávila; Miriam Tachibana

Resumo. A escola tem sido associada ao fenômeno da violência sexual infantojuvenil como local de prevenção e de identificação de casos. Diante da escassez de estudos que versem sobre a escola enquanto local de reprodução da violência sexual intrafamiliar, objetivamos tecer reflexões clínico-teóricas sobre a criança vitimada que dirige repetidamente comportamentos hipersexualizados a seus colegas no ambiente escolar. Foi realizado um estudo de caso num ambulatório especializado em vítimas de agressão sexual. A partir da análise do material, observamos o risco de que a criança sofra violência institucional por parte da escola, que tende a adotar contra ela movimentos de exclusão, possivelmente devido à desarticulação da Rede de Proteção. Vemos a necessidade de mais estudos sobre este público específico, a fim de garantir movimentos mais inclusivos.

Palavras-chave: abuso sexual; exclusão escolar; violência escolar.

Quando el niño reproduce el incesto sufrido con niños en la escuela: estudio de caso

Resumen. La escuela se asocia al fenómeno de la violencia sexual infantil como lugar de prevención e identificación de casos. Debido a la escasez de estudios que aborden la escuela como lugar de reproducción de la violencia sexual intrafamiliar, nuestro objetivo es ofrecer reflexiones clínico-teóricas sobre el niño victimizado que dirige reiteradamente conductas hipersexualizadas hacia sus iguales, en el ámbito escolar. Para ello, se realizó un estudio de caso en un ambulatorio especializado en víctimas de agresión sexual. Del análisis del material, observamos el riesgo de que el niño sufra violencia institucional desde la escuela, que tiende a adoptar movimientos excluyentes hacia él, posiblemente en razón de la desarticulación de la Red de Protección. Consideramos necesario llevar a cabo más estudios sobre este público específico, para garantizar movimientos más inclusivos.

Palabras clave: abuso sexual; exclusión escolar; violencia escolar.

* Graduada em Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil. E-mail: luiza.avila@ufu.br

** Psicóloga. Docente em Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil. E-mail: mirita@ufu.br

When the child reproduces the incest suffered with other children at school: case study

Abstract. The school has been linked to the phenomenon of sexual violence against children as a place of prevention and identification of cases. Given the scarcity of studies dealing with the school as a place of reproduction of intrafamilial sexual violence, we aim to provide clinical and theoretical reflections on the victimized child who repeatedly directs hyper-sexualized behaviour towards his peers at school. A case study was carried out in an outpatient clinic specializing in victims of sexual assault. From the material analysis, we confirmed the risk of an institutional violence perpetrated against the child by the school, which tends to adopt exclusionary movements, possibly due to the disarticulation of the Protection Network. We see the need for more studies on this specific target group, in order to guarantee inclusive movements.

Keywords: sexual abuse; school exclusion; school violence.

Quand l'enfant reproduit l'inceste subi avec d'autres enfants à l'école: étude de cas

Résumé. L'école est associée à la violence sexuelle envers les enfants en tant que lieu de prévention et de détection. En raison de la rareté des études traitant de l'école comme lieu de reproduction des violences sexuelles intrafamiliales, nous présentons des réflexions cliniques et théoriques sur l'enfant victime qui dirige avec répétition des comportements hypersexualisés envers ses pairs, au sein de l'école. Une étude de cas a été menée dans une clinique externe spécialisée. L'analyse du matériel a révélé le risque que l'enfant subisse une violence institutionnelle par l'école, qui tend à mettre en oeuvre des mesures d'exclusion à son égard, éventuellement dû à la désarticulation du réseau de protection. Nous envisageons la nécessité de réaliser davantage d'études sur ce public spécifique, garantissant des mouvements plus inclusifs à leur égard.

Mots-clés: abus sexuel; exclusion scolaire; violence scolaire.

Embora os dados sobre a incidência de casos de violência sexual infantojuvenil devam ser analisados considerando a subnotificação que tanto caracteriza esse fenômeno, chama-nos atenção que, no período entre 2015 e 2021, foram notificados 202.948 casos desse tipo de violência no país, sendo 42,2% relativos a crianças e 58,8% a adolescentes (Ministério da Saúde, 2024). Ainda segundo o levantamento realizado pelo Ministério da Saúde, a maior parte dos casos notificados equivaleria à violência sexual intrafamiliar, que em geral é perpetrada por um agressor do sexo masculino, desempenhando uma função parental em relação à vítima.

Notamos que, devido à prevalência desses casos no âmbito intrafamiliar, a literatura científica nacional dedicada à temática da violência sexual infantojuvenil tem se voltado sobretudo à investigação do ambiente familiar que se revela incestuoso (Alves, Pinto Junior, Zampieri, & Tardivo, 2022; Silva & Teixeira, 2018). Podemos pensar que o enfoque nos vínculos familiares deriva não apenas dos elevados números de casos de violência sexual intrafamiliar registrados, mas também da predominância de um imaginário social de que a família corresponderia ao espaço primário de cuidado de crianças e adolescentes (Viodres Inoue & Ristum, 2008). Desde essa perspectiva, é como se a comunidade científica buscasse compreender essa dinâmica perversa em que o grupo familiar, ao invés de se constituir protetivo, violenta.

Tais estudos discorrem tanto sobre o interjogo psíquico altamente complexo, que atravessa a vítima e o agressor sexual, com quem ela tem vínculos de pertencimento (Bianco & Tosta, 2021; Gomes & Mallmann, 2021), quanto acerca da violência insidiosa que pode atravessar a vítima e a sua mãe, que geralmente é a genitora não agressora, a quem é feita a revelação da

violência sexual quando esta ocorre (Cunha & Dutra, 2019), a depender de como aquela reage. Embora, evidentemente, não se possa equiparar a violência sexual perpetrada pela figura paterna à incapacidade da figura materna de assumir uma postura protetiva, sabemos, a partir da obra do psicanalista húngaro Sándor Ferenczi, que a construção da experiência traumática não fica restrita unicamente ao episódio violento em si; abarca também um segundo tempo em que a vítima sofre o desmentido, isto é, não tem o seu relato da experiência violenta acolhido e legitimado pelo adulto a quem pede socorro (Stanham & Goelzer, 2023). Justamente por conta disso, investigações psicológicas têm sido desenvolvidas com o intuito de compreender o lugar da mulher-mãe na cena incestuosa, cujos movimentos pós-revelação da violência sexual intrafamiliar podem tanto interromper essa violência quanto potencializá-la (Couto & Casarini, 2021; Cunha & Dutra, 2019; Lima & Neves, 2022).

Apesar de considerarmos tais pesquisas preciosas, chama-nos atenção a escassez de estudos que versem sobre uma outra figura, para além da mulher-mãe, que, externa ao ambiente familiar, possui igual aptidão para cumprir uma função protetiva ou, ao revés, de potencializar a experiência traumática de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: a escola.

Dada a compreensão contemporânea de que a escola ultrapassa o mero ensino-aprendizado, constituindo-se como ambiente formativo, em que crianças e adolescentes passam a maior parte de seu tempo, considerando a carga horária do sistema de educação brasileiro (Souza, Archangelo, Mendonça, & Diaz, 2023; Viodres Inoue & Ristum, 2008), vemos que têm sido desenvolvidos estudos sobre a violência sexual infantojuvenil e o ambiente escolar, mesmo que em quantidade inferior àqueles que focalizam o ambiente familiar incestuoso.

Notamos que uma vertente dos estudos que incluem o ambiente escolar nessa investigação tem se debruçado principalmente sobre seu potencial preventivo. Como a escola, no Sistema de Garantia de Direitos, se encontra lotada no eixo de promoção à saúde, ela é tida como o órgão que propicia que crianças e adolescentes explorem a sua sexualidade de modo protegido e que tenham inclusive condições de identificar situações de abuso (Araújo & Lima, 2024). Assim, deparamo-nos com pesquisas que discorrem sobre a importância da escola promover diálogos e reflexões, por meio da educação sexual, conforme proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (Ferreira, Piazza, & Souza, 2019), mesmo que impere certa censura acerca da implementação da educação sexual nas instituições brasileiras de ensino (Ferreira et al., 2019), tendo em vista que alguns pais temam que a educação sexual incite os alunos à realização do ato sexual em si (Araújo & Lima, 2024). De nossa parte, estamos de pleno acordo com Oliveira, Silva e Maio (2020), para quem a educação sexual deveria ser uma disciplina curricular, em especial devido ao fato de que a violência sexual infantojuvenil ocorre predominantemente no meio familiar.

Em meio aos estudos dedicados à violência sexual infantojuvenil e ao ambiente escolar, observamos também uma segunda vertente, que versa sobre o espaço escolar como propício para a denúncia. Trata-se de trabalhos que consideram a escola não apenas como local de prevenção, mas também de identificação de sinais e de notificação desse tipo de violência (Brino & Williams, 2008; Broseguini & Iglesias, 2020).

Em relação ao processo de identificação de casos em que a criança ou o adolescente é vítima de violência sexual intrafamiliar, destacamos o estudo de Viodres Inoue e Ristum (2008), que analisou 22 protocolos referentes à revelação da violência sexual infantojuvenil no ambiente escolar. Por meio desta análise, identificaram seis modos pelos quais a violência sexual havia

sido reconhecida, quais sejam: relato verbal da vítima, presença de sinais físicos, ausência nas aulas, alteração de comportamento, comportamento hipersexualizado e resposta a questionário.

Algo que nos chama atenção é que, embora o comportamento hipersexualizado possa ser um sinalizador de violência sexual sofrida, visto que tal violência pode justamente provocar uma ruptura no desenvolvimento, levando a vítima a pular determinadas etapas devido ao estímulo que foi precocemente apresentado (Castelani & Tardeli, 2020), não nos deparamos, na literatura científica nacional, com estudos que discorram sobre crianças vítimas de violência sexual reproduzindo as agressões sexuais contra seus pares, na escola. Nos textos, a criança hipersexualizada é abordada apenas como aquela que, a partir desse comportamento, dá margem para que seja identificada a violência sexual sofrida, acionando a notificação dos demais órgãos competentes, bem como da família, em consonância com o que prega o Ministério da Educação (2011).

Vemos, portanto, que este assunto especificamente tem sido abordado de forma protocolar e superficial, embora, a partir da nossa experiência num ambulatório especializado dedicado a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, tenhamos contato com vários casos de crianças vitimadas, em cujo ambiente escolar reproduzem, repetidamente, as agressões sexuais sofridas junto às outras crianças. Indagamo-nos, pois, sobre as repercussões da violência sexual intrafamiliar ao adentrar no ambiente escolar, fazendo com que a escola deixe de ser mero local de prevenção e/ou de detecção, passando a se constituir como um campo de reprodução dessa violência.

Mediante o exposto, no presente trabalho, objetivamos tecer reflexões clínico-teóricas sobre a criança que reproduz na escola, junto a outras crianças, a cena incestuosa da qual foi vítima. Como a escola pode proteger, ao invés de potencializar a experiência traumática, nesses casos específicos?

Método

O presente estudo é um recorte de uma pesquisa mais ampla dedicada à experiência emocional de mulheres-mães cujos filhos revelaram que sofriam violência sexual intrafamiliar no ambiente escolar. Para o presente trabalho, optamos por nos debruçar sobre um caso em que uma criança revelou o incesto sofrido após reproduzir comportamentos sexuais junto a outras crianças da escola.

O material que compõe o estudo deste caso foi obtido num ambulatório especializado no atendimento de vítimas de violência sexual, localizado no interior de Minas Gerais, ao qual estamos vinculadas. Trata-se de um ambulatório para o qual crianças e adolescentes vítimas de violência sexual são encaminhadas, após terem sido avaliadas em caráter emergencial no pronto socorro da mesma unidade hospitalar, a fim de que contem com um cuidado longitudinal ambulatorial.

No referido ambulatório, existe um protocolo de atendimento em que as crianças e adolescentes são atendidos individualmente por algum integrante da Psicologia, enquanto seu familiar responsável é atendido paralelamente por outros integrantes da equipe multiprofissional, composta por profissionais e estudantes da Psicologia, Serviço Social e Pediatria. Embora ambos os atendimentos – o da criança/do adolescente e o do familiar responsável – sejam psicanaliticamente orientados, os da criança/do adolescente costumam

ocorrer em sala equipada com brinquedos, em razão da compreensão de que o brincar dá suporte para a comunicação emocional da criança e, sobretudo, para que ela elabore e simbolize a sua própria história (Souza, 2021). Ainda em relação ao protocolo de atendimento ambulatorial, destacamos que, logo após os atendimentos separados dos integrantes da família daquele caso, a equipe por eles responsável se reúne para discussão e tomada de decisão conjunta sobre os possíveis encaminhamentos.

Nesta ordem de ideias, o caso que aqui será apresentado foi construído não apenas a partir dos atendimentos ambulatoriais prestados à criança, que ficcionalmente chamamos de Davi, mas também a partir dos atendimentos individuais que foram prestados à sua irmã e à sua mãe. Compõem ainda o *corpus* desse material as discussões empreendidas entre os diferentes profissionais que realizaram os cinco atendimentos ambulatoriais deste caso.

Ressaltamos que o projeto de pesquisa foi apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética de Pesquisa envolvendo seres humanos (CAAE: 78650024.1.0000.5152) e que os termos de consentimento foram devidamente apresentados e assinados.

Apresentação do caso

A seguir, apresentamos uma breve síntese do caso, levando em consideração os cinco atendimentos psicológicos que foram prestados a Davi e a sua irmã, assim como os atendimentos multiprofissionais realizados com a sua mãe:

Davi, de cinco anos, chegou ao ambulatório, após a escola por ele frequentada enviar um relatório ao Conselho Tutelar, constando que lá ele havia relatado ter sido vítima de violência sexual perpetrada pelo pai. A equipe escolar havia começado a suspeitar que algo pudesse ter ocorrido com ele, uma vez que ele vinha apresentando comportamentos hipersexualizados em sala de aula, apresentando falas de cunho sexual, simulando o ato sexual, masturbando-se excessivamente, dentre outros. Assim, após atendimento com a dupla psicossocial da escola, Davi revelou o incesto sofrido, que ocorria quando ele e sua irmã, de três anos, iam visitar o pai, de quem a mãe deles estava separada há dois anos.

Embora a ideia inicial fosse a de priorizar o acompanhamento ambulatorial de Davi, sua irmã também foi chamada para ser atendida, visto que havia dúvidas se ela também não teria sido vítima de violência sexual perpetrada pelo pai ou, ainda, se não teria sido exposta às violências sexuais cometidas pelo pai contra seu irmão. No entanto, logo no primeiro atendimento ambulatorial, em que Davi veio acompanhado de sua irmã e de sua mãe, a equipe ambulatorial percebeu que a irmã dele precisaria sim ser alvo de atenção, mas não por conta daquilo que se suspeitara inicialmente. Era porque a irmã, conforme esta já relata em seu primeiro atendimento ambulatorial, vinha sendo alvo de comportamentos sexuais da parte de Davi, que comumente expunha o seu órgão genital para ela ou, ainda, encostava na região genital dela. Chamava a atenção da equipe, inclusive, o fato de a irmã falar desafetadamente sobre esses episódios, ao longo dos atendimentos ambulatoriais, como se estivesse “conformada” com eles.

Se, por um lado, a irmã discorria detalhadamente sobre o pênis inchado de Davi, devido ao excesso de manipulação, como se tivesse naturalizado essa dinâmica, Davi já parecia evitar falar sobre isso. Nos dois primeiros atendimentos ambulatoriais, a criança quis apenas brincar

com a integrante da Psicologia responsável por ele, demandando inclusive proximidade física em relação a ela, pedindo abraços e se mantendo fisicamente próximo da mesma enquanto conversavam. Foi somente a partir do terceiro atendimento ambulatorial que a criança começou a falar mais sobre essa temática, dizendo que gostava de brincar de mamãe e papai com a sua irmã, simulando que ele era o pai e que a irmã era a namorada do pai, de modo que os dois encenassem que seriam um casal. Foi também a partir deste terceiro atendimento que Davi começou a trazer o sentimento de saudade do pai, com quem ele já não vinha mais convivendo desde que havia sido feita a revelação da violência sexual.

Enquanto as crianças narravam, cada uma a seu modo, cenas de incesto fraterno, a mãe delas, em seus atendimentos individuais com a equipe multiprofissional, mostrava-se angustiada, não apenas em razão de sua filha sempre lhe contar quando Davi apresentava comportamentos sexuais dirigidos a ela – relatos esses que a mãe dizia serem excessivos e que deveriam ser contidos –, mas também em função do ambiente escolar.

A mãe conta que as crianças já não mais estudavam na escola em que Davi havia feito a revelação da violência sexual, pelo fato de ali ter apenas a educação infantil. Seu pesar devia-se ao fato dela sentir que essa primeira escola havia sido cuidadosa para com ela, com a diretora dizendo-lhe que ia poupá-la das reclamações dos pais das outras crianças – contra quem Davi estava dirigindo comportamentos sexuais – devido ao receio de que ela pudesse cometer suicídio. Conforme a mãe, na atual escola, como Davi seguia reproduzindo comportamentos sexuais dirigidos aos seus colegas, chegando às vezes a tirar a própria roupa no ambiente escolar, estava sendo ameaçada pelos pais dos demais alunos de vir a ser processada. Independentemente se ela corria ou não o risco de ser processada, ela entendia que Davi não tinha espaço naquela nova escola, tanto que estava sendo ameaçado de expulsão.

Foi possível notar, à medida que os atendimentos com a mãe foram transcorrendo, que não apenas os pais das outras crianças da escola condenavam o comportamento hipersexualizado de Davi, como também, em seu íntimo, ela o fazia. Em certo atendimento, após confidenciar que se sentia desconfortável quando notava que Davi estava estimulando o próprio órgão genital, de modo intenso e descontrolado, chegando às vezes a gemer e a suar, a mãe admite que ela mesma não se sentia mais à vontade quando ele vinha abraçá-la, suspeitando que ele o fazia para ter contato com os seus seios. Trazendo o temor de que ele estivesse se tornando um estuprador, ela compartilha, para além da preocupação de manter os filhos sob supervisão, a fim de evitar cenas incestuosas, a vontade de tirá-lo também de perto de si mesma.

Deste modo, embora a mãe de Davi tivesse assumido uma postura protetiva a partir da revelação de Davi na escola, realizando boletim de ocorrência, solicitando medida protetiva para as crianças e comparecendo rigorosamente nos dispositivos da Rede de Proteção, ela trazia fantasias de poder se afastar também dele. Ela chega inclusive a dizer, em um dos atendimentos ambulatoriais, que, como Davi se mostrava muito apegado ao pai, pedindo para ter o mesmo corte de cabelo que o dele e vestindo-se como ele, talvez não tivesse ocorrido a violência sexual relatada por ele, o que possibilitaria, num futuro próximo, que ele pudesse voltar a conviver com o genitor.

Em meio a esse acompanhamento ambulatorial, vale ressaltar também como a equipe se apresentava. Em cada atendimento, era trabalhado, junto a cada um dos integrantes desse grupo familiar, os limites: com a irmã de Davi, eram feitas orientações para que ela conseguisse impor limites a Davi em relação ao seu próprio corpo; com a mãe, eram feitas orientações para que não o censurasse a cada comportamento sexual “inconveniente” por

meio de agressões verbais e físicas, como ocorria por vezes; e com o próprio Davi, discutia-se a possibilidade dele explorar seu corpo e sua sexualidade de modo cuidadoso para consigo mesmo e com o outro.

Diante da não evolução do caso, diversos foram os sentimentos contratransferenciais que atravessaram os integrantes responsáveis pelos atendimentos. Houve o sentimento de desespero, acompanhado de choro, por uma das integrantes da equipe, após escutar a mãe de Davi contando e simulando como ele a abraçava de modo erótico. Houve o sentimento de estar sendo desejada, por uma das integrantes da equipe, que notava que Davi ficava olhando para os seus lábios, enquanto ela falava, querendo sempre manter-se fisicamente próximo a ela. Houve também o impulso de “controlar” as agressões de Davi, em relação a sua irmã, em especial numa ocasião em que ele a agrediu fisicamente no ambulatório, na frente da equipe. Houve, também, o sentimento de que a equipe já havia feito tudo o que era possível em relação ao caso, sendo atravessada pela dúvida se não deveria dar alta ambulatorial, levando em consideração a lista de espera de atendimento e o fato de as crianças já não mais conviverem com o pai agressor.

Reflexões clínico-teóricas

A partir deste estudo de caso, deparamo-nos com uma criança que, embora num primeiro momento, tenha suscitado movimentos de cuidado e de atenção, em razão da violência sexual sofrida por parte do pai, aos poucos, foi deixando de ser vista como vítima de violência sexual para ser compreendida como um futuro estuprador. Neste sentido, conquanto Davi tivesse apenas cinco anos de idade, despertava desconforto no seu entorno, que parecia identificá-lo mais como agressor do que como vítima de violência sexual.

Num primeiro momento, seria possível pensar que esta identificação de Davi enquanto agressor ocorria justamente por ele próprio parecer fazer uma identificação com o agressor. A partir de sua experiência clínica com crianças vítimas de violência sexual, Ferenczi observou que, em algumas situações, com o intuito de minimizar a ameaça externa associada ao agressor sexual, a criança vivencia uma clivagem do ego, instalando dois representantes da cena no psiquismo infantil: a criança violentada, representando o ego fragilizado; e o agressor, atuando como o superego sádico (Mendes & França, 2012; Osmo & Kupermann, 2012; Stanham & Goelzer, 2023). Mendes e França (2012) apontam que, como consequência dessa estratégia psíquica, o ego da criança fica sob o comando do representante agressor, o que dá margem para que ela mimetize o comportamento de seu agressor, vindo a repetir compulsivamente a violência sofrida com outros indivíduos considerados como semelhantes a si mesma quando era submetida às agressões.

Para além dessa conceituação ferencziana, observamos, na literatura especializada, que pessoas com histórico de violência sexual infantil apresentam maior suscetibilidade de protagonizarem novos episódios de violência sexual, seja na condição de vítimas, seja na condição de agressores. Falando especificamente deste segundo grupo, vale citarmos o estudo de Amorim, Tavares, Wolff e Costa (2021), em que os prontuários de 136 homens, que haviam sido sentenciados por estupro, foram analisados e descortinaram históricos de violências variadas, dentre as quais a violência sexual infantojuvenil.

Apesar de considerarmos tais estudos importantes, uma vez que retratam a natureza cíclica da violência, entendemos, num segundo momento, que seria reducionista pensar que a

identificação de Davi como agressor, por parte do entorno, decorresse apenas de movimentações intrapsíquicas, por parte da criança, de identificação com o agressor. Desde a perspectiva de uma clínica ampliada, que contempla a multidimensionalidade dos fenômenos sintomatológicos da cultura (França, Tannure, & Rabelo, 2018), compreendemos que o fato de Davi ser focalizado como um agressor a ser isolado das demais crianças na escola precisaria ser refletido levando em conta aspectos macrosociais.

Neste sentido, caberia-nos indagar se a possibilidade de expulsão escolar de Davi também não resultaria da incapacidade das instituições escolares de acolherem de maneira não moralista e condenatória a sexualidade infantil. Embora há mais de um século Freud tenha discorrido sobre a sexualidade infantil como constitutiva da subjetividade humana (Fonseca, Vanderlinde, & Poggi Lins, 2022; Zornig, 2008), fazendo parte da maneira como cada indivíduo se coloca no mundo e se relaciona com os outros (Padilha Netto & Cardoso, 2013), ainda assim se observaria uma tendência à censura da curiosidade sexual infantil nas escolas. Conforme pontuam Pereira et al. (2022), apesar de comportamentos esporádicos, tais como manipulação do genital, exibição do genital, curiosidade sexual, observação de outras crianças no banheiro, dentre outros, serem comuns até os cinco anos de idade, são tidos como um problema que precisa ser controlado e reprimido.

Deste modo, ao ponderarmos que a escola não é um lugar neutro, sendo atravessada por uma determinada visão de mundo, de humanidade e de sociedade (Campos & Urnau, 2021), podemos pensar que Davi corria o risco de ser expulso da escola também em função da dificuldade da instituição de manejar, sem fazer uso de movimentos excludentes, a reprodução da cena incestuosa de um dos alunos na instituição, uma vez que nem sequer as manifestações “comuns” de sexualidade tenham vazão no ambiente escolar. Em outras palavras, a necessidade da escola de expulsar Davi, como se dele fosse necessário se prevenir, versaria mais sobre uma violência institucional que lhe estava sendo dirigida do que sobre as supostas violências sexuais que ele estaria praticando ali contra os seus pares.

Merece destaque a adoção do termo “supostas violências sexuais”, uma vez que entendemos que, por mais que Davi suscitasse fantasias de ser um agressor sexual de outras crianças, as práticas sexuais entre ele e as outras crianças não equivaliam a uma violência sexual, já que, na violência, existe uma relação hierárquica de desigualdade, com fins de exploração, dominação e opressão (Chauí, 1985). Como não havia uma diferença considerável de idade entre Davi e as outras crianças, por mais que ele fosse tido como aquele que ativamente dirigia comportamentos sexuais aos seus pares, ainda assim, ele não ocupava uma posição de autoridade, em relação a elas, que as impedisse de recusar (Silva & Lins, 2013).

Desta maneira, estamos de pleno acordo com o psiquiatra alemão Furniss (1993), para quem, nos casos de práticas sexuais envolvendo crianças, não haveria um agressor sexual, conquanto todas as crianças fossem vítimas. Com o intuito de desvincular o termo “violência sexual” desses casos peculiares, Furniss (1993) propôs a adoção do termo “síndrome João e Maria”, fazendo alusão ao conto de João e Maria. Nesse conto, duas crianças irmãs, que estão desacompanhadas de seus pais e perdidas, contam com a companhia e conforto um do outro para sobreviver. Furniss (1993) apoia-se nesse conto porque, a partir de sua experiência clínica com crianças que tinham relacionamentos sexuais inadequados para a sua idade, observou que o que comumente estava em pauta era uma tentativa, por parte delas, de serem alvo de cuidado emocional. Nessa tentativa de dar e receber afeto, o estímulo sexual acabava sendo perversamente usado como um pobre substituto.

Aqui novamente seria possível recorrermos à obra ferencziana. Ferenczi (1933/1992) entendia que, na violência sexual infantil, dar-se-ia uma confusão de línguas, em que, de um lado, a criança se expressa através da língua da ternura – atravessada pela onipotência infantil e lúdica e a sexualidade pré-genital – e, do outro, haveria um adulto falando a língua da paixão – marcada pela onipotência narcísica e a sexualidade genital madura (Mendes & França, 2012; Stanham & Goelzer, 2023). Muito embora Ferenczi tenha discorrido originalmente sobre a confusão de línguas para se referir ao interjogo psíquico da criança vitimada e do adulto agressor, poderíamos pensar, a partir das ideias de Furniss (1993) sobre a “síndrome de João e Maria”, que talvez a criança faria ela própria uma confusão de línguas, expressando suas carências pré-genitais por meio de atuações genitais.

Partindo desta perspectiva, poderíamos pensar que Davi dirigia comportamentos sexuais aos seus colegas não apenas em função de manobra defensiva aos moldes de identificação com o agressor, mas também como forma de convocar o outro a ter intimidade afetiva e emocional com ele. Consideramos ambas as hipóteses uma vez que a criança não só dizia sentir saudades do pai, manifestando o desejo de se assemelhar a ele, como, paralelamente, demandava nos atendimentos um corpo a corpo que descortinava a sua busca por proximidade física.

Ainda pensando em termos de “confusão de línguas”, caberia-nos questionar se o fato de Davi ser visto como um agressor sexual das outras crianças, em função das práticas sexuais nas quais ele as envolvia, não cunhava com maior força esse estado confusional, aproximando a criança mais da língua da paixão e afastando-a da língua da ternura. Traçando um paralelo com a pedofilização que se observa na cultura contemporânea, em que crianças são retratadas nas letras de música e nos conteúdos midiáticos de modo erotizado (Oliveira et al., 2020; Sampaio et al., 2022), seria possível pensar que os movimentos de exclusão em direção a Davi se davam num duplo sentido: 1) porque ele corria o risco de ser expulso da escola; 2) porque, ao ser olhado destituído da sua parte infantil terna, Davi passava a ser considerado exclusivamente como um adulto em miniatura desprovido do direito de proteção (Silva & Lins, 2013).

Entendemos, deste modo, que o manejo da escola de Davi, para fazer frente às supostas agressões sexuais que ele estava praticando contra os seus colegas, levava-o a um quadro de revitimização. Apesar de a mãe de Davi entender que, na escola anterior, em que havia sido feita a revelação da violência sexual, a família havia sido suficientemente acolhida, compreendemos como problemática a fala da diretora de que pouparia a mãe das reclamações dos pais dos alunos, caso contrário ela cometeria suicídio. Afinal, ao mesmo tempo em que esse gesto de poupar a mãe soa como um *holding* da escola para com ela, tem-se a impressão, mais uma vez, de um imaginário onde os comportamentos hipersexualizados da criança conduzem a um destino fatal, seja a expulsão, seja o autoextermínio. É como se, num avesso aos finais felizes dos contos de fadas, a história de Davi, independentemente da escola em questão, desembocasse em finais do tipo “infeliz para sempre”, remetendo a fantasias de aniquilação.

Conquanto aqui estejamos focalizando a violência institucional que a escola estaria cometendo contra Davi, em função de seu comportamento hipersexualizado dirigido a outros alunos, como se a “violência na escola” viesse dele, e não da instituição, entendemos que Davi suscitava movimentos de afastamento, em relação a ele, também fora do ambiente escolar. Isto fica evidente quando a mãe do garoto revela seu mal-estar durante o convívio com ele, ruminando sobre a possibilidade de um dia ele ficar sob a responsabilidade do pai contra quem, naquele momento, ele tinha medida protetiva de afastamento. Aqui caberia o questionamento: será que ela desejava uma “medida de afastamento” também em relação àquele filho cujos

toques físicos faziam com que ela se sentisse como se fosse uma aluna da escola de Davi? De maneira análoga, podemos pensar que, quando a equipe ambulatorial cogitou dar alta para o menino e sua família, mesmo que ele estivesse apresentando comportamentos de risco decorrentes da violência sexual sofrida, não estaria ela também adotando um movimento de “expulsão”, localizando para fora do ambulatório um caso que parecia estar fora de seu alcance, em termos de manejo?

Apesar das diferentes instâncias responsáveis por Davi compartilharem inconscientemente desse movimento de distanciamento, observamos que os vários dispositivos da Rede de Proteção que estavam acompanhando esse caso – a saber, a escola atual, o ambulatório especializado, o Conselho Tutelar de referência, a escola antiga, dentre outros – não tiveram trocas intersetoriais entre si, para além do relatório psicossocial feito pela primeira escola, que havia sido enviado ao Conselho Tutelar e que havia tramitado para o ambulatório. Essa desarticulação da Rede de Proteção não seria uma novidade; pelo contrário, é bastante conhecido o trabalho setorizado e verticalizado das instituições, que não raro apresentam relações de poder entre si e nutrem dinâmicas competitivas (Ferreira, 2010).

São diversos os estudos que versam especificamente sobre a (des)articulação da escola com a Rede de Proteção, no enfrentamento da violência sexual infantojuvenil. Campos e Urnau (2021), por exemplo, realizaram uma pesquisa entrevistando 19 agentes escolares de quatro escolas públicas, e observaram que as trocas intersetoriais se resumiam à recepção, nas escolas, de palestras e campanhas sobre o tema, ministradas por outras instituições da Rede, nas quais os agentes escolares atuavam de modo mais coadjuvante. Conceição e Ferreira (2021), por sua vez, conduziram um estudo com 10 educadoras sobre a temática da violência sexual infantojuvenil, e constataram que, diante de casos de violência sexual infantojuvenil, as professoras acionam a equipe gestora que, por sua vez, aciona o Conselho Tutelar, sem que haja continuidade dessa troca, após a notificação. Trata-se de algo que também foi pontuado por Oliveira et al. (2020): a escola, ao identificar casos de violência sexual infantojuvenil, ao invés de dialogar com as demais instâncias da Rede de Proteção, tem operado a partir do lugar de transferência de responsabilidade, como se terceirizasse o problema para outros órgãos supostamente mais competentes.

Desde esta perspectiva, compreendemos que o caso de Davi não apenas ilustra os movimentos de exclusão que são dirigidos, no ambiente escolar, contra as crianças reprodutoras da violência sexual sofrida, como também revela os movimentos de fragmentação entre os dispositivos da Rede de Proteção. Seria inclusive possível questionar se ambos os movimentos – de exclusão e de fragmentação – não estariam interligados. Evidentemente sabemos que o fato de os diferentes dispositivos da Rede de Proteção estarem integrados entre si não necessariamente assegura um manejo mais inclusivo, o que é notório nos casos em que as escolas e os serviços de saúde fazem alianças perversas rumo à medicalização de comportamentos “inconvenientes” de alunos (Antoneli & Garcia, 2018). Aqui seria possível, outrossim, traçarmos um paralelo entre a medicalização e a exclusão, uma vez que aquela opera um processo de dessubjetivação do indivíduo, que se equipara a um movimento de exclusão.

Nossa dúvida acerca da inter-relação entre a exclusão operada em direção a Davi e a fragmentação da Rede de Proteção repousa na lógica winnicottiana de que, para que a mulher-mãe possa constituir um ambiente suficientemente bom para o bebê, se faz necessário que ela também conte com o *holding* para si mesma. Sem que ela possua essa sustentação emocional, é possível que haja uma precarização de sua capacidade de cuidar (Winnicott, 1963/1987). O

psicanalista André Green (1980) complementa esse raciocínio winnicottiano discorrendo sobre o “complexo da mãe morta”, para se referir a uma maternagem falso *self*, por meio da qual o bebê se depara com um falso seio, no sentido de um cuidado protocolar, desinvestido psiquicamente.

Perfazendo uma transposição dessas reflexões sobre a relação mãe-bebê para a relação escola-aluno, seria possível pensar que, para que o ambiente escolar se constitua enquanto ambiente suficientemente bom, é imprescindível que ele abranja o *holding* de outras instâncias; caso contrário, corre-se o risco das crianças que ali estão inseridas serem acolhidas aos moldes de um falso *self*, contando com um cuidado dissociativo, desinvestido, defensivo. Assim, se por um lado é problemático que crianças com comportamentos tidos como “inconvenientes” sejam transferidas de escola para escola, como se estivessem abandonadas em labirintos (França et al., 2018), também o é que elas permaneçam em escolas que delas se ocupam defensiva e precariamente, deixando as crianças e as escolas abandonadas à própria sorte.

É nesse sentido que nos questionamos se uma maior integração entre os dispositivos da Rede de Proteção não teria viabilizado que a escola tivesse condições de acolher os conteúdos de Davi de modo menos excludente. Levantamos essa hipótese pois foram justamente as trocas realizadas entre os integrantes que realizavam os atendimentos individuais de Davi, de sua irmã e de sua mãe, após cada um dos atendimentos, que viabilizavam que os sentimentos contratransferenciais de impotência, desespero, horror, dentre outros, pudessem ser elaborados, evitando, deste modo, encaminhamentos ambulatoriais apoiados em *acting-outs* expulsivos.

O psicanalista francês René Kaës desenvolveu o conceito “intertransferência”, em 1976, para se referir àquilo que ocorre quando mais de um profissional cuida de um grupo, em contexto de coterapia. Já que a existência de mais de um profissional difrata a transferência central estabelecida entre os membros do grupo e os profissionais responsáveis, é comum que as vivências contratransferenciais de cada um sejam diversas, embora complementares (Dias, 2021). Castanho (2015) pontua que haveria, assim, a necessidade de um reagrupamento desses aspectos contratransferenciais, num processo inverso ao da difração que os originou, com os profissionais compartilhando, em supervisões e discussões de caso, suas experiências com aquele grupo. Somente assim seria possível uma análise intertransferencial que asseguraria a fluidez dos pensamentos e dos afetos dos profissionais, isto é, a restauração de sua capacidade *alpha* (Castanho, 2015).

Muito embora no ambulatório em que o estudo de caso se desdobrou, os atendimentos a esse grupo familiar tenham sido realizados de modo individual, e cada um dos integrantes da família tenha sido atendido por um profissional de referência, não equivalendo, desse modo, ao enquadre ao qual Kaës se referia, entendemos que ainda assim suas recomendações sobre a análise da intertransferência seriam aplicáveis. De maneira análoga, poderíamos pensar que os diferentes profissionais envolvidos no caso de Davi, pertencentes aos diversos dispositivos da Rede de Proteção, e que, desse modo, cuidavam em grupo desse mesmo caso, poderiam, por meio de trocas intersetoriais, integrar suas experiências contratransferenciais diversas, talvez restaurando a sua capacidade de cuidado. Seguindo ainda nesta mesma linha de raciocínio, caberia-nos, ademais, indagar: será que, com uma Rede de Proteção mais integrada, capaz de olhar de maneira menos cindida para Davi, ele teria também condições de existir psiquicamente de modo menos clivado?

Considerações finais

Por meio deste estudo de caso, foi possível refletirmos sobre o risco da criança vítima de violência sexual, que reproduz o ocorrido com os seus pares, na escola, sofrer violência institucional por parte do ambiente escolar, que tende a adotar movimentos de exclusão contra ela, possivelmente dada a fragmentação da Rede de Proteção.

Consideramos este estudo valioso uma vez que, na literatura especializada nacional, são encontrados principalmente trabalhos que discorrem sobre violência sexual envolvendo a fronteira intergeracional, a saber, aquela que é cometida por adultos contra crianças/adolescentes ou, ainda, aquela que é cometida por adolescentes contra crianças que apresentam uma maturidade diferenciada em relação a eles (Silva & Lins, 2013). Entendemos que a ausência de trabalhos que versem sobre crianças que reproduzem repetidamente o incesto sofrido contra outras crianças pode dar margem para que elas, tal como ocorreu com Davi, sejam equivocadamente olhadas como agressoras sexuais das quais a escola deve se proteger, ao invés de protegê-las.

A partir daí, seria possível nos questionar se, à imagem e semelhança da escola e da Rede de Proteção como um todo, a comunidade científica não estaria também assumindo movimentos de exclusão e de fragmentação em relação a esse público infantil que seguramente existe. Neste sentido, estaríamos excluindo essas crianças do campo investigativo, focalizando apenas aquelas que desempenham exclusivamente o lugar de vítimas de violência sexual? Ou ainda, será que nossa capacidade de atenção junto a essas crianças se limitaria ao momento em que elas são exclusivamente vistas como vítimas de violência sexual, sem que seus impulsos destrutivos, decorrentes da violência sexual, possam ser acolhidos e reconhecidos?

Em outras palavras, compreendemos, a partir deste estudo de caso, que a tendência, nas escolas, é a de que o comportamento hipersexualizado da criança seja abordado apenas enquanto sintoma que demandaria ser melhor investigado, a fim de identificar uma possível violência sexual. Uma vez feita essa investigação, a persistência desse comportamento, no ambiente escolar, seria inadmissível, devendo ser alvo de punição/expulsão.

Justamente por conta disso, sugerimos que mais estudos sejam desenvolvidos ao redor da criança que reproduz no ambiente escolar o incesto sofrido junto a outras crianças, não apenas com o intuito de produzir conhecimento científico que promova um olhar mais inclusivo sobre essa criança, mas também com o objetivo de fomentar reflexões que nutram os agentes escolares. Afinal, são esses agentes que experienciam o paradoxo de constituírem a principal rede de apoio extrafamiliar de crianças e de adolescentes vítimas de violência sexual intrafamiliar, em meio a um discurso social predominantemente conservador em relação à educação sexual nas escolas.

Referências

- Alves, A. G., Pinto Junior, A. A., Zampieri, T. C. R. C., & Tardivo, L. S. L. P. C. (2022). Abuso sexual e trauma: Um estudo de caso à luz da psicanálise. *Boletim - Academia Paulista de Psicologia*, 42(102), 1-10. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bapp/v42n102/a02v42n102.pdf>
- Amorim, M. S. C., Tavares, A. S., Wolff, L. dos S., & Costa, L F. (2021). Violências familiar e social na vida do adulto autor de violência sexual. *Pensando Famílias*, 25(2), 176-194. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v25n2/v25n2a13.pdf>

- Antoneli, P. de P., & Garcia, M. R. V. (2018). Os “inconvenientes” na escola: Medicalização de crianças e jovens e suas estratégias de resistência. *Perspectiva*, 36(2), 664-686. <https://doi.org/10.5007/2175-795x.2018v36n2p664>
- Araújo, G. L. L. de, & Lima, D. M. (2024). Perspectiva dos pais sobre educação sexual relacionada a violência sexual contra crianças no âmbito intrafamiliar em uma escola de Fortaleza. *Perspectivas Em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade*, 11(26), 92-113. doi: <https://doi.org/10.55028/pdres.v11i26.19816>
- Bianco, O. M. D., & Tosta, R. M. (2021). Abuso sexual infantil, trauma e depressão na vida adulta: Um estudo de caso. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 14(2). doi: <https://doi.org/10.36298/gerais202114e16251>
- Brino, R., & Williams, L. (2008). Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil. *Educação & Realidade*, 33(2), 1-22. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/7073>
- Broseguini, G. B., & Iglesias, A. (2020). Revisão integrativa sobre redes de cuidados aos adolescentes em situação de violência sexual. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(12), 4991–5002. doi: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202512.19282018>
- Campos, D. C., & Urnau, L. C. (2021). Exploração sexual de crianças e adolescentes: Reflexão sobre o papel da escola. *Psicologia Escolar e Educacional*, 25. doi: <https://doi.org/10.1590/2175-35392021221612>
- Castanho, P. (2015). Sobre o conceito de intertransferência (ou a contribuição de René Kaës para a problemática da contratransferência no trabalho em equipe). *Jornal de Psicanálise*, 48(88), 111-120. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352015000100009
- Castelani, T. M., & Tardeli, D. D. (2020). A prática docente no processo de identificação do abuso sexual infantil. *Cadernos de Educação*, 19(38), 63-79. Recuperado de <https://pdfs.semanticscholar.org/5c19/485590e50cba336f13747148b42ccf877545.pdf>
- Chauí, M. (1985). Participando do debate sobre mulher e violência. In R. Cardoso (Org.), *Perspectivas antropológicas da mulher* (pp. 23-62). Rio de Janeiro: Zahar
- Conceição, F. E. A. da, & Ferreira, M. C. P. de L. (2021). O contexto escolar frente ao abuso sexual infantil. Recuperado de <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/18149/1/Eduarda.pdf>
- Couto, L. D., & Casarini, K. A. (2021). Reflexões sobre a relação mãe-filho em um contexto de violência sexual infantil intrafamiliar: Um estudo de caso. *Revista Família, Ciclos De Vida E Saúde No Contexto Social*, 9(1), 169–179. doi: <https://doi.org/10.18554/refacs.v9i1.5116>
- Cunha, G. G., & Dutra, E. M. S. (2019). Um olhar fenomenológico para mães de crianças vítimas de abuso sexual: Uma revisão de literatura. *Revista da Abordagem Gestáltica*, 25(1), 103-110. doi: <https://dx.doi.org/10.18065/RAG.2019v25.10>
- Dias, M. L. (2021). Intertransferência. In: R. B. Levisky, M. L. Dias, & D. L. Levisky (Orgs.), *Dicionário de Psicanálise de casal e família* (pp.303-307). São Paulo: Blucher.
- Ferenczi, S. (1992). Confusão de língua entre os adultos e as crianças. In S. Ferenczi. *Psicanálise IV* (A. Cabral, trad., pp. 97-106). São Paulo: Martins Fontes (Trabalho original publicado em 1933).

- Ferreira, A. L. (2010). A escola e a rede de proteção de crianças e adolescentes. In: S. G. Assis, P. Constantino, & J. Q. Avanci (Orgs.), *Impactos da violência na escola: Um diálogo com professores* (pp. 203-234). Rio de Janeiro: Ministério da Educação/editora FIOCRUZ.
- Ferreira, I. G., Piazza, M., & Souza, D. (2019). Oficina de saúde e sexualidade: Residentes de saúde promovendo educação sexual entre adolescentes de escola pública. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, 14(41), 1788-1788. Recuperado de <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1788/969>
- Fonseca, A. A. R., Vanderlinde, B. R., & Lins, T. K. D. B. P. (2022). Educação sexual e sexualidade na infância: Uma visão da psicanálise. *Psicologia: Abordagens teóricas e empíricas*, 2, 10-26. doi: [10.37885/211207020](https://doi.org/10.37885/211207020)
- França, C. P., Tannure, C. da C., & Rabelo, D. P. M. (2018). Desafios do enlace teórico/técnico na clínica do abuso sexual infantojuvenil. *Tempo Psicanalítico*, 50(2), 373-400. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tpsi/v50n2/v50n2a19.pdf>
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Gomes, J. da L., & Mallmann, L. J. (2021). O fenômeno do abuso sexual infantil e a ambivalência afetiva sob o olhar da Gestalt-terapia. *Revista ICT na Rede*, 18(34), 80-96. Recuperado de <https://igt.psc.br/ojs3/index.php/IGTnaRede/article/view/630>
- Green, A. (1980). A mãe morta. In: A. Green [Autor], *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*. (pp. 247-282). São Paulo: Escuta.
- Lima, L. de M., & Neves, A. S. (2022). Cenas incestuosas contemporâneas: Fragmentos enunciativos sobre a culpabilização da mulher-mãe. *Vínculo*, 19(1), 14-26. doi: <https://doi.org/issn.19982-1492v19n1a3>
- Mendes, A. P. N., & França, C. P. (2012). Contribuições de Sándor Ferenczi para a compreensão dos efeitos psíquicos da violência sexual. *Psicologia Em Estudo*, 17(1), 121-130. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/pe/a/TTvX3yxH39TJV7yMqyHnTtR/#>
- Ministério da Educação (2011). Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes (1ª ed). Secretaria Especial dos direitos humanos, Ministério da Educação.
- Ministério da Saúde (2024). Boletim epidemiológico: Notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2015 a 2021 (8ª ed.). Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, Ministério da Saúde.
- Oliveira, M. de, Silva, F. G. O da, & Maio, E. R. (2020). Violência sexual contra crianças e adolescentes: A escola como canal de proteção e de denúncia. *Revista do Centro de Ciências da Educação*, 38(4), 1-23. doi: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2020.e65526>
- Osmo, A., & Kupermann, D. (2012). Confusão de línguas, trauma e hospitalidade em Sándor Ferenczi. *Psicologia em Estudo, Maringá*, 17(2), 329-339. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/pe/a/zhbBSFMNJdcDJfQnd8pppcP/#>
- Padilha Netto, N. K., & Cardoso, M. R. (2012). Sexualidade e pulsão: Conceitos indissociáveis em psicanálise? *Psicologia em Estudo*, 17(3), 529-537. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/pe/a/ZGSSYR86pCkGRJS8cdX5dsv/?lang=pt>.
- Pereira, A. C., Almeida, E. C. da S., Moraes, D. F. de C., Leão, J. M., Sena, K. G. K. S., & Procópio, M. R. O. (2022). A escola e a sexualidade infantil. *Revista Ibero-americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 8(9), 1093-1104. doi: <https://doi.org/10.18224/educ.v16i2.3093> doi: <https://doi.org/10.51891/rease.v8i9.6942>

- Silva, A. C. A., & Lins, M. R. S. W. (2013). Quando crianças abusam de outras crianças. *Revista Psicologia em Foco*, 5(6), 48-65. Recuperado de <http://revistas.fw.uri.br/index.php/psicologiaemfoco/article/view/1117/1649>
- Silva, R. A., & Teixeira, L. C. (2018). Adolescência e o traumático: Sobre abuso sexual e as Vicissitudes do Sujeito. *Revista Subjetividades*, 17(3), 93-103. doi: <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v17i3.6955>
- Souza, T. P. (2021). A criança, a palavra e o brincar: Um enlaçamento clínico. *Estilos da Clínica*, 26(1), 99-114. doi: <https://orcid.org/0000-0002-6269-6643>
- Souza, S., Archangelo, A., Mendonça, L., & Diaz, P. (2023). Impasses contemporâneos: Modos de intervenção ético-política, baseados em uma experiência escolar brasileira. *Cadernos de Psicanálise*, 45(48), 201-219. Recuperado de https://www.cprj.com.br/ojs_cprj/index.php/cprj/article/view/447
- Stanham, R. S., & Goelzer, R. A. M. (2023). Uma clínica sensível a vivências traumáticas: Contribuições teóricas de Sándor Ferenczi sobre os efeitos psíquicos do abuso sexual infantil. *Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre*, 30, 33-47. Recuperado de <https://cepdepa.com.br/wp-content/uploads/2024/01/CTP-MIOLO-revista-cepdepa-2023.pdf>
- Viodres Inoue, S. R., & Ristum, M. (2008). Violência sexual: Caracterização e análise de casos revelados na escola. *Estudos De Psicologia*, 25(1), 11-21. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2008000100002>
- Winnicott, D. W. (1963). Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo. In. D. W. Winnicott [Autor], *O ambiente e os processos de maturação* (pp.79-87). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Zornig, S. M. A. J. (2008). As teorias sexuais infantis na atualidade: Algumas reflexões. *Psicologia em Estudo*, 13(1), 73-77. doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722008000100009>

Revisão gramatical: Paula Varjão Cruz
E-mail: paulavarjaocruz@gmail.com

Recebido em junho de 2024 – Aceito em novembro de 2024.